

Revisiones. Revisión narrativa

A relação entre identidade profissional e suicídio pela perspectiva da literatura e da psicologia fenomenológico-existencial

ANA MARIA LOPEZ CALVO DE FEIJOO, ELINA EUNICE MONTECHIARI PIETRANI

ANA MARIA LOPEZ CALVO DE FEIJOO
Doutora em Psicologia.
Instituto de Psicologia,
Universidade do Estado do Rio
de Janeiro (IP, UERJ).
Maracanã, Rio de Janeiro,
R. F. do Brasil.

ELINA EUNICE MONTECHIARI PIETRANI
Mestre em Psicologia.
Universidade Veiga de Almeida
(UVA).
Maracanã, Rio de Janeiro,
R. F. do Brasil.

FECHA DE RECEPCIÓN: 18/08/2022
FECHA DE ACEPTACIÓN: 02/11/2022

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre a questão da identidade profissional e a motivação para o suicídio, baseando-nos na literatura e na psicologia fenomenológico-existencial. Para tanto, utilizamos o método fenomenológico-hermenêutico, inspirado na filosofia de Martin Heidegger, em seus três momentos: reconstrução, destruição e construção. Buscamos, na reconstrução, pesquisar a temática investigada, por meio da revisão da literatura de artigos científicos que estabelecem a relação entre identidade profissional e suicídio. Para tanto, utilizamos o descriptivo *trabalho* vinculado aos vocábulos *identidade* e *suicídio*. A busca desses artigos ocorreu na base de terminologias da Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia (BVS Psi), na Annual Review of Psychology e Google Scholar. A partir dos textos literários de Machado de Assis e Balzac, procedemos então à destruição da ideia vigente de que, necessariamente, existe uma relação de natureza causal entre o fenômeno do suicídio e a perda da identidade profissional. Por fim, buscamos construir os sentidos da morte voluntária, apresentada em uma situação concreta, com base na psicologia fenomenológico-existencial. Concluímos que a decisão de finalizar a própria vida pode ocorrer sob múltiplas dimensões, no desdobramento da existência, em que o homem articula e implica a si mesmo desde sempre, entre o singular e o universal.

Palabras clave: Identificação – Trabalho – Morte voluntária – Poesía – Psicología existencial.

The Relationship Between Professional Identity and Suicide from the Perspective of Literature and Phenomenological-Existential Psychology

The objective of this study is to analyze the relationship between the issue of professional identity and the motivation for suicide, based on literature and phenomenological-existential psychology. For this, we use the phenomenological-hermeneutic method, inspired by Martin Heidegger's philosophy, in its three moments: reconstruction, destruction and construction. We seek, in the reconstruction, to research the investigated theme, through a bibliographic review of scientific articles that establish the relationship between professional identity and suicide. We use a descriptive work linked to the words *identity* and *suicide*. The search for these articles occurred on the basis of terminology of the Virtual Health Library in Psychology (BVS Psi Brasil), in the Annual Review of Psychology and Google Scholar. Starting from the literary texts of Machado de Assis and Balzac, we then proceeded to the destruction of the prevailing idea that, there is necessarily a causal relationship between the phenomenon of suicide and the loss of professional identity. Finally, we seek to construct the meanings of voluntary death, presented in a concrete situation, based on phenomenological-existential psychology. We conclude that the decision to end one's own life, can occur under multiple dimensions, in the unfolding of existence, in which a person has always been articulated and involved with and between the singular and the universal.

CORRESPONDENCIA
Me. Elina Eunice Montechiari Pietrani.
Universidade Veiga de Almeida
(UVA),
Rua Ibituruna, 108, Maracanã,
CEP: 20271-901,
Rio de Janeiro, R. F. do Brasil;
elinapietran@gmail.com

Keywords: Identification - Work - Voluntary Death - Poetry - Existential Psychology.

Introdução

O debate acerca da relação homem-trabalho, embora já alcançasse contornos específicos a partir do mundo cristão tardio, adquiriu maior relevo a partir da modernidade, posicionando-se como um aspecto central na existência e colocando em evidência o homem investido do espírito profissional. O trabalho se credenciaria então como um dos mais importantes vínculos da pessoa com o campo social, condição fundamental na existência humana e constitutivo de sua identidade [47, 36, 16, 42], «elemento estruturador de toda organização social» [46, p. 109]. Com isso, a relação do homem com o trabalho passaria a se sobrepor aos demais aspectos com os quais o homem também se relaciona em sua existência, tornando-se referência enquanto constitutiva do modo de ser humano.

Coutinho, Krawulski e Soares postulam que

O reconhecimento de que o atual arranjo societário, em suas ações produtivas, resulte em desdobramentos de tal ordem nos processos identificatórios dos trabalhadores por meio de sua atividade profissional, traz subjacente a compreensão de que o trabalho, enquanto fenômeno ao qual os atores sociais são convidados a vincular-se em algum momento de seu ciclo vital, é elemento constituinte da subjetividade humana e, portanto, de sua identidade [13, p. 34].

Nessa dinâmica, na qual o trabalho é marcado como a identidade da pessoa, a «construção de si» [16, p. 351], ele é também apontado como fonte de sofrimento, capaz de levá-la ao suicídio. Este, segundo a Organização Mundial de Saúde [49], é um fenômeno que atinge em torno de 800 mil pessoas ao ano, quantitativo superior às mortes por câncer de mama e homicídios. No intuito de tentar erradicar esse número, estudiosos empenham-se na busca pelas supostas causas que levam as pessoas a decidirem pela morte voluntária, movimentando-se frequentemente entre dois polos: por um lado, o seu caráter individual, a partir de explicações como transtornos mentais, uso de álcool e drogas e fatores genéticos [7, 50], e, por outro, a própria organização social do trabalho, com sua precarização e intensa pressão por resultados [6, 9].

Nesse sentido, as questões que se apresentam são: o que estaria no cerne dessa aparente polaridade? Poderia a psicologia fenomenológica-existencial apontar caminhos que vão além de posições normativas e estabelecer uma outra compreensão acerca do suicídio e sua relação com a identidade profissional?

Nosso objetivo com este estudo é, portanto, analisar a relação entre a decisão do homem em terminar voluntariamente sua vida e a construção identitária em que o trabalho se consolidou na era moderna. Ou seja, buscaremos compreender como o ato suicida relacionado ao trabalho, sendo este propagado na atualidade como aspecto substancial da existência, pode ser compreendido para além de uma perspectiva causal.

Método

Como procedimento metodológico, o estudo se baseará no método fenomenológico-hermenêutico tal como proposto por Feijoo [21], inspirada em Martin Heidegger. Esse pensador, ao proceder à investigação filosófica em suas obras, principalmente em *Ser e Tempo* [29] e *A questão da técnica* [28], primeiramente reconstrói aquilo que comumente se pensa com relação à temática investigada, para depois poder questionar a verdade desses constructos, e, por fim, construir outro modo de pensar o tema dentro do horizonte hermenêutico em que ele se dá. Com base nesse método, nosso estudo tem início com a reconstrução da temática da identidade no trabalho e do suicídio a partir de um levantamento bibliográfico, aplicando o termo *trabalho* vinculado aos vocábulos identidade e suicídio na base de terminologias da Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia (BVS Psi), na Annual Review of Psychology e Google Scholar. Para continuarmos com o segundo momento metodológico, procederemos à destruição fenomenológica por meio da literatura, mais especificamente, Machado de Assis [34, 35] e Honoré de Balzac [5], que, respectivamente, nos contos *O espelho*, *To be or not to be* e *A pele de onagro*, descrevem intentos de suicídio relacionados ao trabalho, retirando a ênfase na ideia de causalidade psíquica, orgânica ou social. Por fim, na etapa da construção, efetuaremos uma análise documental de uma situação de suicídio

cometida por um rapaz, em agosto de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Os dados foram obtidos por autorização judicial, possibilitando o acesso das autoras ao inquérito realizado pela Delegacia de Homicídios Barra da Tijuca [15]. Neste estudo, faremos uso de alguns documentos constantes no referido inquérito, como a carta deixada pelo rapaz e depoimentos de seus pares de trabalho e parentes. Nesse sentido, tal como Chalhoub descreve, «ler processos criminais não significa partir em busca 'do que realmente se passou' porque esta seria uma expectativa inocente» [11, p. 40. Grifos do autor]. A partir da reconstrução da situação de suicídio em tela, buscamos poder analisar as unidades de sentido presentes no discurso daquele que cometeu o gesto suicida, dentro da perspectiva da psicologia fenomenológico-existencial. Desse modo, seguindo os passos de Martin Heidegger, no modo como foram apropriados por Feijoo [21], suspenderemos as generalizações que circundam as teorias acerca do suicídio relacionado ao trabalho, baseadas frequentemente em estatísticas e análises empíricas, para lançar um olhar à singularidade da situação.

Reconstrução

Trabalho, Profissão e Identidade

A questão do trabalho, seu significado e sua relação com a concepção de identidade na história moderna do pensamento ocidental são apontados por estudiosos a partir de extensos debates. Para Mercure e Spurk [39], Dejours e Bègue [14], Dubar [16, 17], Organista [42] e Antunes [4], o trabalho vem estabelecendo-se como um elemento que vai além do suprimento para a sobrevivência ou da simples comercialização da força de trabalho por salário, para se posicionar como uma atividade social, de elevação do homem como ente superior, chegando até mesmo a ser reconhecido como sua identidade.

O termo *identidade*, segundo Ewald e Soares, surge inicialmente para designar aspectos idênticos, sendo utilizado na matemática e em referência aos elementos da natureza. Ao ser aplicado ao homem e sua condição, tal termo, que, segundo os autores, surgiria junto com a modernidade, procede ao termo subjetividade. Esta diz respeito, ainda segundo os autores, «à constituição,

isto é, ao fundamento, aquilo que viabiliza essas identidades» [18, p. 24] a partir de uma síntese entre o individual e o social. Para Giddens, «as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais e a seu impacto global» [23, p. 9]. Segundo ele, o mundo moderno vive atualmente a interconexão entre dois extremos: de um lado, as influências maciças da globalização, com as suas consequências, como conexão rápida e difusa entre os países, maior competitividade etc., e, de outro, a existência individual, cuja interação se daria por uma influência mútua. Além disso, para o autor, a modernidade tardia surge com a «cultura do risco» [23, p. 11]. Não se trataria dos riscos cotidianos, que, segundo ele, acontecem em qualquer época, mas dos avanços cada vez maiores e internacionalizados dos armamentos, da destruição da natureza, entre outros fatores que gerações anteriores não teriam testemunhado. Nesse sentido, a constituição do eu, realizado continuamente entre o local e o global, conecta-se com esses fatores de forma sensivelmente estreita, uma vez que «os sistemas abstratos passam a estar centralmente envolvidos não só na ordem institucional da modernidade, mas também na formação e continuidade do eu» [23, p. 37]. Stanley Hall, em alinhamento ao pensamento de Giddens, argumenta que a identidade do homem, antes unificada e estável, vem se estabelecendo na atualidade como uma «celebração móvel» [28, p. 13], constituída para atender às demandas do mundo atual, uma vez que estas, em constantes «mudanças estruturais e institucionais» [25, p. 12], requerem também uma identidade mutável.

Dubar postula que a identidade com o trabalho estaria associada à noção de «realização de si» [16, p. 354] e ao «reconhecimento social» [16, p. 354] a partir de atividades que, entre outros aspectos, seriam reconhecidas como profissão. Esta estaria relacionada, segundo o autor, à arte ou à prestação de «serviços úteis» [16, p. 354] à sociedade e concederia o caráter de «profissionalização» (p. 354) ao trabalho, tornando a pessoa «um profissional» [16, p. 354]. De acordo com Dubar [17], o termo *profissionalização* inseriu-se com mais vigor no

mundo do trabalho em meados do século XX e somou-se à noção de identidade. Tornar-se um profissional se transformaria em um imperativo, constituído inicialmente a partir do vínculo estabelecido com uma instituição educacional «para ser reconhecido ou confirmado como ‘profissão’» [17, p. 194. Grifo do autor]. Esta, complementada por regulamentações e normas estatutárias, asseguraria a sua credibilidade junto ao Estado e à opinião pública, bem como o seu monopólio. Tal asserção, segundo o autor, estaria vinculada às mudanças em curso no mundo do trabalho, com o intercâmbio entre os países, a complexificação dos processos produtivos e a demanda por escolarização que prepararia as pessoas para assumirem postos de trabalho sob tais exigências. Entretanto, para Dubar [16], a questão da profissionalização vem se tornando cada vez mais «um processo geral, e não reservado a certas atividades, a partir do postulado de que todo trabalhador deseja ser reconhecido e protegido por um estatuto» [16, p. 356]. Organista, por sua vez, também apresenta pesquisas indicativas de que, mesmo em atividades cujas condições laborais são consideradas precárias, as pessoas se reconhecem como «agentes sociais moralmente aceitáveis» [42, p. 20]. Nesse sentido, o sujeito que hoje é incluído na categoria de desempregado ou mesmo aposentado, se reconhece frente à sensação de nulidade pela qual é tomado, tendo em vista as rupturas na identidade e ausência de referências.

A concepção de trabalho, associada à noção de realização pessoal, afirma-se, desse modo, como uma tônica da era moderna, potencializada pelas suas condições utilitárias, à medida em que o trabalho se vinculou à ideia de serventia, com um fim específico. Nesse sentido, ter um trabalho já confere ao homem um estatuto social, uma identidade, ainda que escalonada em graus de complexidade e capacitação. Mais do que isso, o trabalho, a partir da era moderna, teria sido elevado a uma categoria de ordenamento da vida social e do homem em particular, considerado como a mais apreciada das atividades humanas. Dejours e Bègue apontam que, na concepção moderna de trabalho, «a identidade é a armadura da saúde mental» [14, p. 41] e que ela se constituiria à medida

que a pessoa é reconhecida pela tarefa realizada. «No entanto, quando esse reconhecimento lhe é recusado ou mesmo confiscado, surge o risco da desestabilização da identidade e do prazer experimentado na relação de si a si mesmo, no amor de si» [14, p. 41].

Alguns estudiosos, entretanto, postulam que o trabalho teria perdido sua centralidade na organização da identidade social do homem, uma vez que o próprio trabalho estaria fadado a um certo fim e, com ele, o que ficou denominado como classe trabalhadora. Offe [41], por exemplo, defende que a crescente diferenciação do processo de produção substituiu o conjunto dos trabalhadores, assim como provocou a erosão das bases políticas e sociais de uma identidade coletiva centrada no trabalho a tal ponto que o aspecto social proporcionado pelo trabalho assalariado não constitui mais o foco da identidade do homem em relação ao labor. Robert Kurz também argumenta que o trabalho, em sua atual versão, substituiu a noção da própria produtividade, visto que uma «economia de bolhas financeiras» [32, p. 79] passou a mediar as transações comerciais, tornando o homem «não rentável [...], enquanto a economia empresarial se globaliza num terreno de rentabilidade» [32, p. 79. Grifos do autor]. André Gorz [24] aborda o rompimento entre o mundo do trabalho e o mundo da vida e a irrealizável possibilidade de identificação do homem com o seu trabalho. Para esse autor, o processo de produção se inscreve sempre na heteronomia, ou seja, o trabalhador não executa seu trabalho de modo autônomo, mas sempre restrito pelos critérios estabelecidos pela organização e em coparticipação com outras pessoas. Segundo ele, ainda que o trabalhador lance mão minimamente de uma certa autonomia, a natureza heterônoma do trabalho permanecerá. Além disso, a automação dos processos de produção faz com que o trabalhador se ajuste à padronização ditada pelas tecnologias, limitando mais uma vez um fazer independente.

Antunes [3, 4] e Alves [1, 2] consideram equivocadas as teses sobre o fim da centralidade do trabalho defendidas pelos autores acima. Em sua obra *Adeus ao trabalho?*, Antunes, fazendo menção aos estudos de Gorz, Kurz e Offe, reconhece as mudanças sofridas no

mundo do trabalho, principalmente a partir dos anos 1980-90, mas problematiza a exclusão do trabalhador do processo produtivo. Para o sociólogo,

as máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo [3, p. 176]. Grifo do autor].

Desse modo, para Antunes, não ocorreria uma extinção do trabalho, ao contrário, o fluxo produtivo requer hoje, em um crescente, tecnologia complexa, bem como «uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada» [3, p. 176]. Em sua obra *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, Antunes reafirma sua posição e complementa que o saber intelectual do trabalho floresceu junto com a tecnologia digital, bem como a apreensão da «subjetividade operária» [4, p. 92] que passaria também a incorporar o processo produtivo. Ele aponta para uma nova «morfologia do trabalho» [4, p. 27], presenciada pelo «advento e expansão monumental do *novo proletariado da era digital*» [4, p. 30. Grifos do autor], em que o trabalho estável, regulamentado, foi sendo gradativamente substituído pelas formas mais diversificadas, como a terceirização (com sua extensa gama e variedades), a intermitência e até mesmo a informalidade. Para o autor, o saber intelectual do trabalho floresceu junto com a tecnologia digital, bem como a apreensão da «subjetividade operária» [4, p. 92], que passaria também a incorporar o processo produtivo.

Alves [1, 2] argumenta que, diferente do período taylorista, em que a racionalização da produção requeria uma baixa intervenção do homem no processo produtivo, na atualidade, com o modelo de trabalho flexibilizado, há uma exigência intensa pela participação do homem, «de uma forma qualitativamente nova [...], operada «pela ‘captura’ da subjetividade do trabalhador pelo capital» [1, p. 108. Grifo do autor]. Em alinhamento com

Antunes, Alves postula que o trabalho hoje, pela sua complexidade e exigência de multifuncionalidade, demanda habilidades tidas como subjetivas e integra «iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias» [2, p. 112], em um processo «orgânico» [2, p. 112] de interação entre o homem e o trabalho. Trata-se de uma captura que, segundo Alves, se daria em um modo «intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento» [2, p. 114], no qual o trabalhador é envolvido, inspirado e seduzido pelo discurso moderno que posiciona o trabalho em um patamar de valoração e status social. Para Han, vivemos hoje uma «sociedade do esgotamento» [27, p. 79], em que o homem, para atender sua capacidade emancipadora, tende a buscar desempenhos ilimitados, sem nunca conseguir alcançá-los. O autor também alerta que a contemporaneidade propaga a crença de «que não somos sujeitos submissos, mas projetos livres» [26, p. 9. Grifos do autor]. Tal liberdade faz crer que essa passagem do homem para a noção de projeto não se dá ao modo da coerção, mas pelo seu consentimento. Assim, é o indivíduo que coage a si próprio, exigindo-se altos desempenhos, em nome de um suposto sucesso profissional.

Segundo Mercure e Spurk [39], a concepção moderna sobre o trabalho, como um aspecto intrínseco ao homem, constitutivo de sua identidade, tem sua origem em torno do século XVII e seu apogeu no século XIX, concomitantemente ao estabelecimento do modelo científico-industrial de produção. Nas palavras dos autores, «as ciências humanas oriundas da Renascença não puderam pensar o homem e a sociedade sem o trabalho, porque o trabalho afirmou-se, cada vez mais, como uma das formas da presença do homem moderno na sociedade» [39, p. 10]. Karl Marx referia-se ao trabalho como «um processo entre o homem e a natureza» [37, p. 255] no qual aquele age sobre esta, transformando-a. Mas não apenas a natureza se transforma. Para esse pensador, «agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento [corporal], ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza» [37, p. 255]. Sendo o trabalho orientado a um fim, a capacidade

de fazê-lo é atribuída apenas ao homem, que o projeta inicialmente em seu intelecto, forja sua forma e planeja seus resultados, ação que nenhum outro animal seria capaz.

Segundo Castro [10] e Cortez *et al.* [12], a reestruturação produtiva, designada como a lógica laboral da era atual, caracteriza-se pela descontinuidade, ruptura e instabilidade como conceitos a serem cultivados. O modelo de produção realiza-se, de acordo com Castro, amparado por um novo tempo histórico, em que plataformas de formato eletrônico «colocaram em um patamar qualitativamente novo as possibilidades da reprodução capitalista: o *sujeito econômico* não é mais humano, mas robôs, dispensando ou relevando a trabalhadores temporários e altamente precarizados, parte do trabalho vivo» [10, p. 142-143. Grifos do autor], e o mundo do trabalho se apresentaria então como um espaço de tensões, impulsionando, inclusive, a ocorrência do suicídio.

Suicídio E Trabalho: Duas Vertentes, Várias Possibilidades

Sabemos que, em todos os tempos dos quais temos conhecimento, o suicídio sempre aconteceu, mesmo que com outras denominações como: morte voluntária, morte consciente, morte racional. Logo, o terminar com a própria vida não é privilégio do homem moderno. No mundo grego, o homem optava pela morte voluntária por uma questão de honra, viuvez, vergonha, dentre outros motivos. No mundo cristão inicial, os homens terminavam com a própria vida porque desejavam habitar o mundo dos céus. Já no cristianismo tardio, há uma interdição decisiva em relação à morte voluntária: aqueles que tentassem morrer com as próprias mãos seriam punidos por terem pecado e os que concretizassem o ato iriam para o inferno. Na modernidade, demos continuidade às determinações do cristianismo tardio, não mais categorizando os que tentavam ou consumavam o ato como pecadores, mas como portadores de uma patologia mental [33, 40].

Como patologia, o suicídio vem ganhando contornos específicos na era moderna, inclinando-se em duas vertentes: uma recai «sobre o caráter individual da decisão de cometer suicídio, a outra defende a perspec-

tiva da responsabilização do social» [22, p. 159]. No primeiro, há aqueles, como Berenchtein Netto [6], Brådvik [8] e Pridemore [45], que defendem que o suicídio guarda em si fatores predisponentes relacionados a transtornos mentais, como depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia ou ainda à dependência de álcool e outras drogas psicoativas. Brådvik chega a mencionar que «pesquisas sobre os fatores de risco entre pessoas com transtornos mentais são urgentes nos esforços para prever e prevenir a morte por suicídio» [8, p. 1]. Berenchtein Netto, por sua vez, responsabiliza o contexto social e econômico, especialmente o sistema capitalista de produção, que, segundo ele, seria profundamente caracterizado «pela opressão, pela desigualdade, pela competitividade e pelo individualismo» [6, p. 20], condições estas propícias ao suicídio. Nesse sentido, o autor defende a necessidade de ações e políticas públicas que caminhem «em direção a transformação radical das relações de exploração que constituem essa sociedade [capitalista]» [6, p. 23], de modo a prevenir assim o suicídio.

Verificamos que estudos acerca do suicídio relacionado ao trabalho também seguem posições polares, quer de ordem individual, quer de ordem social. Pelo lado individual, o suicídio vem frequentemente associado à noção de empregabilidade, definida como a síntese de qualificações e habilidades, que, em tese, permitirá à pessoa se tornar capacitada para estabelecer-se em um emprego e movimentar-se verticalmente nos estratos profissionais [43]. A empregabilidade, frequentemente apontada para o trabalhador, é propagada por meio de um discurso humanista e meritocrático: humanista por se basear em uma concepção de homem como um ser racional, livre e capaz, o que o tornaria apto a conduzir por si mesmo sua trajetória profissional; meritocrático por se basear na concepção de esforço e recompensa, em que bastaria o indivíduo ser diligente consigo mesmo e com sua carreira para ser recompensado com o sucesso profissional. Meneghel e Moura [38], em estudos realizados com trabalhadores do campo, no sul do Brasil, detectaram o suicídio como resultado do sofrimento gerado por culpa e por incompetência, aspectos em que o trabalhador é

tomado para justificar sua demissão do trabalho ou a perda da terra, frente às mudanças econômicas e tecnológicas que o trabalho no campo vem passando. Campos et al., por seu turno, constataram que a direção das organizações frequentemente imputa «o gesto suicida a um ‘temperamento’ depressivo ou psicopatológico próprio ao suicida» [30, p. 94. Grifo dos autores]. Eles observaram também que os órgãos judiciários responsáveis por investigar tais ocorrências tendem a «privatizar o ato suicida ao sujeito» [30, p. 94], uma vez que tal gesto é tomado como a vontade da pessoa em terminar sua própria vida, encerrando com isso a apuração dos fatos. «A escolha foi dele e apenas a ele interessa» [30, p. 94].

Na direção da responsabilização social, conforme descrevem Dejours e Bègue [14], Cortez et al. [12] e Trade Union Congress [48], o campo do trabalho, investido por uma lógica de resultados incessantes, instabilidade e individualismo, vem sendo apontado frequentemente como palco de ocorrência para o fenômeno do suicídio. Nesse caso, a prevenção ao suicídio passaria por um monitoramento do ambiente laboral, intervindo em suas configurações, o que, supostamente, se não eliminaria, ao menos minimizaria a intenção da pessoa em cometer tal ato. Ou seja, combatendo-se as origens do mal, a saber, certos aspectos do contexto laboral, tal ato poderia ser evitado. No tocante ao campo do trabalho ou à decisão pessoal em se suicidar, vê-se que a morte voluntária relacionada ao labor é compreendida a partir de uma relação de causa e efeito: analisam-se as causas com vistas a combater seus efeitos.

Destrução Fenomenológica

Trabalho, identidade e suicídio: o que nos diz a literatura?

A identidade do homem a partir da atividade laboral é retratada na literatura de Machado de Assis no conto *O espelho*. Através do personagem Jacobina, o escritor expõe o prestígio que pode ser alcançado pelo labor, lançando o homem, de modo nítido e sedutor, para o centro do campo social, a tal ponto que suas referências mais próprias são obscurecidas. Jacobina, após obter o título de alferes na carreira militar, passa a

ser reconhecido pela sua comunidade, sendo «alferes para cá, alferes para lá» [34, pp. 99-100], de modo que o próprio personagem, quando desprovido da vestimenta que caracteriza sua profissão e longe do olhar do outro, se vê lançado no ostracismo e no silêncio, «um silêncio vasto, enorme, infinito» [34, p. 103]. O personagem Jacobina, destituído de uma apropriação singularizada com sua tarefa laboral, ignora o paradoxo que, originariamente, constitui essa relação, e se entrega ao sofrimento quando o reconhecimento de si pelo trabalho já não acontece. Esquece-se de que realização e sofrimento são inerentes à existência e acaba por tomar a retórica moderna da identidade profissional como verdade absoluta, que deve ser perseguida a qualquer custo, ignorando outras possibilidades nesta relação. Em outro conto de sua autoria, *To be or not to be*, Machado de Assis [35] descreve os esforços calculados e planejados do personagem André Soares para atingir um posto de trabalho hierarquicamente mais alto que ampliaria sua renda. Frente ao fracasso em atingir seu objetivo de realização profissional, sem nenhuma patologia biológica ou psíquica diagnosticada, André lança-se então à decisão de pôr fim à vida.

Também o escritor francês Honoré de Balzac, em *A pele de onagro*, com o personagem Raphael, ao ser insistentemente interpelado por seu interlocutor a apontar as causas que o estariam motivando a cometer o ato suicida, pondera que «não [se] busque o princípio da [...] morte nas razões vulgares que determinam a maior parte dos suicídios» [5, p. 54]. Balzac descreve ainda que o gesto suicida tende a ocorrer frequentemente por motivações, em boa parte, difíceis de serem tangenciadas, já que quem o cometeu pode ter buscado alcançar o que não está posto. Diz ele:

Existe algo de grande e terrível no suicídio. As quedas da maioria das pessoas não são perigosas, como as das crianças que caem de muito baixo e apenas se ferem; mas quando um grande homem se despedaça, ele deve vir de muito alto, deve ter-se elevado até os céus, vislumbrado algum paraíso inacessível [5, p. 36].

Recorremos à literatura de Machado e Balzac a fim de trazer luzes às nossas reflexões acerca da relação do homem moderno em sua decisão voluntária de morrer e o trabalho como identidade. A partir da suspensão de explicações causais, as obras desses escritores nos possibilitam pensar tais questões pelo seu caráter de abertura do homem frente à existência. É na relação mais própria do homem com o seu trabalho que este adquire sentido. E é a partir dessa relação, que pode escapar a qualquer tentativa de apreensibilidade, que o suicídio pode ser compreendido, e não apenas pela mensurabilidade de suas causas. A decisão pelo suicídio, a partir dos paradoxos do mundo do trabalho, expõe, em verdade, a relação do homem com os parâmetros de identidade do mundo moderno, conforme discutido no tópico anterior desta escrita, no qual ele se encontra mergulhado desde os primórdios dessa era. Ao vivenciar de modo desmedido essa identificação, aparece também a impossibilidade de corresponder completamente a ela.

Machado de Assis, em *O espelho*, interpela-nos a refletir sobre a existência em suas possibilidades, ao apontar as restrições a que, algumas vezes, sucumbimos. Jacobina, no instante em que se torna alferes da Guarda Nacional, passa a ter sua existência reconhecida, «achava, enfim, a alma exterior» [34, p. 104]. Trata-se de um reconhecimento profissional, que acaba por se sobrepor à sua existência. Com sua fina ironia, Machado nos alerta sobre o embate que travamos continuamente entre ser o que somos e o que o mundo nos orienta, deixando-nos, muitas vezes, conduzir pelas orientações deste último sem refletir sobre elas. Tomado pelo brilho inebriante das farpas, dos jalecos e dos aplausos, o homem acaba por colocar em segundo plano o seu modo mais próprio de identidade profissional, dentro das possibilidades que fazem sentido para ele. Vive, assim, no esquecimento de sua condição existencial e na angústia pela impossibilidade de alcançar todas as demandas que o mundo do trabalho orienta. Balzac, por sua vez, nos alerta que o suicídio, visto apenas em uma perspectiva de causalidade, pode ter sua complexidade e seu caráter enigmático negligenciados pelo homem moderno.

Construção

O Suicídio Em Ato

Conforme mencionado na introdução desta escrita, daremos ênfase em nosso estudo à situação de suicídio ocorrida em 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente descreveremos de forma breve o acontecimento e alguns aspectos que o envolveram, tomando como base o inquérito instaurado pela Delegacia de Homicídios Barra [15] no mesmo município. A pessoa, de nome Nabor, tinha então 43 anos na ocasião do acontecimento suicida, realizando-o após tirar a vida da esposa e os dois filhos (estes com 6 e 10 anos). Nabor vinha trabalhando há dois meses em uma empresa prestadora de serviços a operadoras de telefonia, identificada como Datami. Seu vínculo empregatício com a organização era o que se denomina como Pessoa Jurídica (PJ), em que o trabalhador não é ligado à organização pelo modo de assalariado ou com registro em carteira de trabalho, mas a partir de uma empresa constituída pela própria pessoa, que passa a prestar serviços para outra empresa. Antes de se vincular à Datami, Nabor trabalhou por dez anos em uma operadora de telefonia móvel, a TIM, em um posto de liderança. Conforme apurado pela referida Delegacia, o próprio Nabor solicitou seu desligamento da TIM para ligar-se a Datami. No inquérito também consta o depoimento de três pessoas que trabalharam com o rapaz na TIM, além do testemunho do irmão, do primo, de dois vizinhos, da sobrinha e do irmão da esposa de Nabor. Nos depoimentos dos colegas de trabalho, ele é descrito como uma pessoa introvertida, racional e ponderada nas tomadas de decisões, bem como uma pessoa metódica e que se queixava quando não era participado nos e-mails e decisões acerca dos projetos que coordenava. Os depoentes, em resposta aos questionamentos levantados pelos investigadores, declaravam que não tinham conhecimento de que Nabor sofresse de depressão ou outro transtorno psíquico, nem que fizesse uso de álcool ou drogas. As declarações também compreendiam Nabor como uma pessoa dedicada à família, que se apresentava frequentemente com os filhos em situações de lazer. O irmão de Nabor confirmou essas declarações e informou também que sua mãe teria cometido suicídio quando ele tinha seis anos de

idade e Nabor, três. Além da mãe, também dois primos teriam cometido suicídio ainda jovens. Vale ressaltar que a investigação sobre o gesto suicida de Nabor parece se conduzir pelas concepções teóricas a respeito do suicídio no que concerne ao aspecto individual, conforme vimos anteriormente: ser a pessoa dotada de certos transtornos mentais e/ou fazer uso de álcool e drogas ou mesmo herdar histórico familiar de suicídio. Conforme Laudo de Exame Grafotécnico [44, p. 2], emitido pela perícia judicial por solicitação da Delegacia de Homicídios Barra [15], Nabor deixou, em sua residência, uma carta. Esta descreve a dor de um homem pela mudança de sua condição profissional, conforme citação a seguir:

Eu cometi vários erros recentemente: / (1) Larguei um bom emprego, onde tinha um ótimo time, assuntos interessantes e estimulantes, além de bons relacionamentos por toda a empresa (TIM) + a proteção de um acerto de 18 anos. (2) Fiz isso para me juntar a uma empresa desconhecida que veio ao Brasil para um piloto com a VIVO, que a apresentou a todas as demais. Fui atraído pela proposta financeira e pela possibilidade de stock options. / (3) E dei xe de pesar todo o resto: risco do [sic] piloto não funcionar direito, o FGTS e os anos de casa na TIM, a solidariedade/recursos, além do prestígio por trabalhar em operadora [sic] os vários concorrentes da nova empresa (DATAMI). Só o deslumbramento por ser uma "start-up" e os stock options ocuparam minha cabeça nesse período. (4) Quando comecei na nova me caiu a ficha que dei xe de ser executivo para virar suporte técnico local + engenheiro de vendas, sendo que não tenho vocação para nenhum dos dois. E passo os dias todos enfurnado em casa (home office), testando aplicativo, fazendo recargas, enviando resultado de testes. Que vazio! Estou muito frustrado e todos estão percebendo [sic] mais do que isso, estou arrependido. Principalmente que todo mundo foi muito enfático sobre a perda da minha saída para a TIM. / (5) Perdi completamente o tesão e a vontade de viver. Não consigo falar com meus filhos.

Nabor descreve também seu sofrimento por supostamente ter malogrado em seu papel

de provedor das necessidades dos seus entes próximos e a preocupação com uma eventual conotação negativa de sua imagem profissional no mundo do trabalho:

(6) Me preocupa muito deixar minha família na mão. Sempre coloquei eles [sic] a frente de tudo e até nessa decisão arriscada para ganhar mais. Mas, está claro para mim que está insustentável e não vou conseguir levar adiante. Não vamos ter mais renda, não vou ter como sustentar a família. E da forma como tudo ocorreu sei que meu nome vai ficar queimado nesse mercado de VAS. Não vou ter aonde trabalhar.

Por fim, a responsabilização de si por uma suposta falha no planejamento de sua mudança profissional aparece na seguinte passagem da carta:

(7) Sinto um desgaste profundo por ter falhado com tanta força, por deixar todos na mão. Mas, melhor acabar com tudo logo e evitar o sofrimento de todos. / (8) E nos últimos dias, passei a ser menos envolvido ou copiado nos e-mails dos projetos que estão rolando. Pode ser cisma minha, mas parece já um sinal de que não me querem mais lá.

Discussão

A psicologia fenomenológico-existencial, baseando-se na filosofia de Martin Heidegger, destitui-se de pensar o comportamento humano, menos ainda a noção de identidade, a partir de caracteres biológicos ou psíquicos ou por mera influência social, mas por um processo de relação homem-mundo, que se dá desde o nascimento e vai se constituindo e desconstituindo na existência. Ressaltamos que essa relação não ocorre no vácuo, nem de modo dicotômico, em que o homem sai de um suposto enclausuramento e se dirige ao mundo. Trata-se de uma relação em que ambos – homem e mundo - se encontram imbricados e se influenciam mutuamente desde sempre. Nesse sentido, ele irá se referir ao homem, que desde sempre vive em uma relação íntima no mundo, como *Dasein ou ser-no-mundo*. «O ser-no-mundo não é uma 'propriedade' que o ser-aí às vezes apresenta e outras não, como se pudesse ser igualmente

com ela ou sem ela. [...] Esse assumir relações com o mundo só é possível porque o ser-aí, sendo-no-mundo, é sua própria espacialidade» [29, p. 95]. Heidegger irá então posicionar a questão do homem como um ser que é continuamente lançado no mundo e que se constitui enquanto homem nessa relação, em uma unidade originária. Ele vem, assim, radicalizar a concepção de existente como fundamentalmente a *relação homem-mundo* e defende então que a identidade se constitui em um mundo como horizonte histórico em que se estabelecem sentidos, e que, sendo assim, essa identidade se dá a partir da historicidade na qual o homem está inserido em cada época. O mundo que o ser-aí é lançado é sempre um mundo histórico. Portanto, toda existência é uma existência envolvida por um contexto constituído por elementos de sua época, que limita, que restringe as possibilidades do ser.

Desse modo, Heidegger [28] chama a atenção para os modos de ser que se estabeleceram no mundo moderno. Com a emancipação do método científico, o modo de pensar técnico-calculante se impôs como o modo dominante no cotidiano das pessoas. Ou seja, a partir da modernidade, o homem passou a pensar as coisas sob o domínio da relação de causa e efeito e sob o modo da análise dedutiva, no qual as coisas são planejadas e configuradas sob a lógica da mensuração e do controle. Essa totalidade histórica foi denominada por Heidegger como a «era da técnica» [28, p. 386]. O filósofo considera que esse modo de pensamento, que ele denominou como calculante (que calcula, que mensura, que define), passou a prevalecer em detrimento do pensamento meditante (que pensa, que reflete sobre o sentido das coisas), esquecido pelo homem da modernidade. Ou seja, as ações do homem passaram a se dar dentro de uma lógica planejada e calculada, visando, em última instância, alcançar determinados resultados. A relação sensível com a existência imediata ficou também esquecida na era da técnica, dentro dessa atmosfera positivista de pensamento, e o homem passou a visar apenas relações e ações, que, planejados de modo calculado, tivessem uma funcionalidade como o seu fim último.

A existência no horizonte da era moderna, se dá, assim, na ordem do autômato, em que o homem recorre a uma identidade frequentemente orientada pelo mundo, sem refletir sobre ela.

Como vimos na situação de suicídio apresentada anteriormente, Nabor experienciara o prestígio de trabalhar em uma operadora de telefonia afamada, ocupava um posto de liderança e era reconhecido pelas demais pessoas. Outras possibilidades apareceram e ele decidiu ingressar em uma nova experiência profissional. Conforme deixa expresso em seu manuscrito, o novo trabalho acarretou o afastamento da condição de notabilidade, dinamismo e reconhecimento do outro, mudança que o colocou de frente para uma nova realidade. Enfim, Nabor perdeu sua identidade profissional e isso o lançaria ao sofrimento.

Em sua decisão pela mudança de trabalho, Nabor, revestido pelo pensamento calculante de nossa época, acreditava ter estimado todos os riscos, planejado todos os eventuais percalços. Entretanto, no viver cotidiano da decisão tomada, ele tensiona com uma realidade que não havia sido vislumbrada e, ignorando a existência em seu caráter mais originário de imprevisibilidade, passa a creditar seu suposto fracasso a uma possível falha na mensuração dos seus planos. Tomado pela concepção humanista e meritocrática de nosso mundo, considera caber apenas a ele o resultado de seus esforços bem e mal sucedidos. É o querer-ser que se impõe sobre o poder-ser [28]. O homem, ao mesmo tempo que ignora sua condição de possibilidade, também desconhece que esta não se concretiza apenas por ele mesmo, mas pela relação incontornável com o mundo, dificultando qualquer previsão mais rigorosa acerca dos acontecimentos. Ignorando essa condição, Nabor é tomado pelo desespero existencial.

Quando André Soares [35] abandona sua decisão acerca do suicídio, pelo vislumbre de possibilidades outras para sua existência, o contista alerta o leitor que a morte voluntária pode não estar atrelada a causas precisas, declarando que «o suicídio depende mais das impressões e disposições do momento,

que da gravidade do mal» [35, s/p]. Acerca da ideia de momento, levantada por Machado, Kierkegaard [31] já dizia que o instante é o tempo em que tudo se encontra em jogo, em que as coisas incidem sobre o homem e este sobre elas, requerendo constantemente seu posicionamento. No que se refere a Nabor, este vivenciou sua relação com o trabalho a partir de um modo calculado, seguindo as orientações de seu tempo, na expectativa de alcançar então o sucesso prometido pelo mundo moderno. Não alcançando esse sucesso, uma vez que nem tudo cabe ao seu querer, ele avista a ameaça de sua identidade profissional, decidindo então pela morte voluntária.

Considerações finais

Buscamos, neste estudo, realizar uma análise crítica em torno das ponderações postuladas na atualidade, principalmente pelas ciências humanas, acerca da decisão do homem em terminar antecipadamente sua vida e a relação dessa decisão com o contexto do trabalho. Procuramos compreender a relação entre esses dois fatores a partir das determinações de mundo no que se refere à noção de identidade profissional, cristalizada na era moderna como aspecto imprescindível da existência. Baseamos nossas reflexões na literatura e na psicologia fenomenológico-existencial. Acreditamos, com a literatura, poder construir as bases de um modo de pensamento voltado ao caráter originário da existência, uma vez que a arte literária abarca as possibilidades múltiplas em que esta pode se apresentar [20]. Além disso, a literatura, na compreensão de Feijoo [20], detém o caráter de alongar a reflexão sobre as coisas, sustentando de modo demorado o pensar sobre elas, o que, ao assim acontecer, deixa que elas apareçam ao seu modo, em suas múltiplas dimensões.

A psicologia fenomenológico-existencial, por seu turno, inspirada na ontologia hermenêutica de Martin Heidegger, parte de uma genuína compreensão do modo humano de existir, que se dá no próprio desdobramento da existência, em que o *Dasein* se articula e implica a si mesmo desde sempre. Nesse sentido, também as motivações sobre a decisão do suicídio podem aparecer de

outros modos que não apenas aqueles apreendidos pela lógica causal. Por essa abordagem, a compreensão da decisão de finalizar a própria vida não é apreendida por uma concepção de um comportamento universal para todo e qualquer homem, mas de uma dada existência que se articula entre o singular e o universal, entre o próprio e o impróprio. Pensar o suicídio em sua relação com o trabalho apenas como uma questão de causa e efeito, seja ela interna ou externa, pode revelar o esquecimento do homem moderno frente ao que é inerente ao existir, suas contradições e indeterminações, e que ressoam também no contexto organizacional.

A temática do suicídio relacionada à concepção de trabalho como identidade, analisada pela perspectiva da literatura e da psicologia fenomenológico-existencial, nos permite uma reflexão ampliada da dinâmica presente nessa questão, não excluindo os aspectos que incidem sobre ela, mas, integrando-os em um modelo comprehensivo de análise, cuja complexidade salta aos olhos para além de uma visão meramente factual. Sob essas considerações, defendemos que uma outra atuação por parte da psicologia, com base na literatura e na fenomenologia-existencial, possa se pautar. Na perspectiva da filosofia existencialista, o homem, como ser-no-mundo, é tomado como *abertura em devir*, ou seja, como um ser que vive sua existência em um aberto, indefinida, incompleta, não sendo, assim, o comportamento humano passível de ser definido *a priori*, uma vez que ele está sempre em jogo no seu próprio existir. A tarefa do psicólogo então será a de acompanhar a atmosfera da angústia, propiciando ao homem apropriar-se de si mesmo, de sua condição existencial, assumindo a tutela por sua existência [19]. Acreditamos na manutenção de um espaço que tenha como propósito interessar-se com o que mobiliza o outro, acompanhando o acontecimento ao modo como ele se dá, contextualizado em sua perspectiva histórica, mas também por uma visão singular, própria daquele que avalia a possibilidade de tomar tal decisão. O suicídio relacionado ao trabalho, tal como a existência, é fluxo, é instante, é salto, e, sendo assim, não se tangencia, nem se delimita.

Referencias

1. Alves G. O espírito do toyotismo - reestruturação produtiva e "captura" da subjetividade do trabalho no capitalismo global. *Confluências*. - 2008;10(1):97-121. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34245>
2. Alves G. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo; 2011.
3. Antunes R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 15ª ed. São Paulo: Cortez Editora; 2011.
4. Antunes R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo; 2018.
5. Balzac H. A pele de onagro. A comédia humana [1831]. Porto Alegre: L&PM; 2018.
6. Berenchtein Netto N. Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a psicologia clínica, Capítulo I. Em: Conselho Federal de Psicologia. O suicídio e os desafios para a psicologia. Brasília: CFP; 2013. p. 15-24.
7. Botega NJ. Comportamento suicida: epidemiologia. *Psicol USP*. 2014;25(3):231-6. DOI: 10.1590/0103-6564D20140004
8. Brådvik L. Suicide risk and mental disorders. *Int J Environ Res Public Health*. 2018;15(9):2028. PMID: 30227658 DOI: 10.3390/ijerph15092028
9. Castro FG. Suicídio e trabalho nos dias atuais: considerações sobre os paradoxos do mundo do trabalho. Em: Ewald A, Coelho Soares J, Severiano MFV, Braz de Aquino CA, Mattos A. orgs. Subjetividades e temporalidades: diálogos impertinentes e transdisciplinares. Rio de Janeiro: Garamond; 2014. p. 235-84.
10. Castro FG. Marx e o século XXI: notas para uma teoria crítica da sociedade. Marília, SP: Lutas Anticapital; 2019.
11. Chalhoub S. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; 2012.
12. Cortez PA, Veiga HMS, Gomide APA, Souza MVR. Suicídio no trabalho: um estudo de revisão da literatura brasileira em psicologia. *Rev Psicol Organ Trab*. 2019;19(1):523-31. DOI: 10.17652/rpot/2019.1.14480
13. Coutinho MC, Krawulski E, Soares DHP. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psic Soc*. 2007;19(1):29-37. DOI: 10.1590/S0102-71822007000400006
14. Dejours C, Bègue F. Suicídio e trabalho: o que fazer? Brasília: Paralelo 15; 2010.
15. Delegacia de Homicídios Barra. Inquérito nº 0178386-20.2018.8.19.0001. maço nº 4310, 166 fls; 2016.
16. Dubar C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *Cad Pesqui*. 2012;42(146):351-67. DOI: 10.1590/S0100-15742012000200003
17. Dubar C. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. 2ª ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes; 2020.
18. Ewald AP, Soares JC. Identidade e subjetividade numa era de incerteza. *Estud Psicol*. 2007;12(1):23-30. DOI: 10.1590/S1413-294X2007000100003
19. Feijoo AMLC. A escuta e a fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológico-existencial. 2ª ed. Rio de Janeiro: IFEN; 2010.
20. Feijoo AMLC. Existência & Psicoterapia: da psicologia sem objeto ao saber-fazer na clínica psicológica existencial. Rio de Janeiro: IFEN; 2017.
21. Feijoo AMLC. Suicídio & luto: da investigação fenomenológico-hermenêutica às práticas clínicas fenomenológico-existenciais. Rio de Janeiro: IFEN; 2021.
22. Feijoo AMLC. Suicídio: uma compreensão sob a ótica da psicologia existencial. *Arq Bras Psicol*. 2019;71(1):158-73. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000100012
23. Giddens A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2002.
24. Gorz A. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume; 2003.
25. Hall S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora; 2006.
26. Han BC. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte, MG: Ed. Ayiné; 2018.
27. Han BC. Sociedade do cansaço. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2017.
28. Heidegger M. A questão da técnica. Em: Heidegger M. *Ensaios e Conferências* [1953]. Petrópolis, RJ: Vozes; 2012.
29. Heidegger M. *Ser e Tempo* [1927]. Petrópolis, RJ: Vozes; 2012.
30. Jung de Campos L, Alquatti R, Rettore Garbin S, Pereira I. Trabalho e suicídio: gesto de resistência final. *Estud Pesqui Psicol*.

- 2016;16(1):86–103. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451846425006>
31. Kierkegaard S. O lo uno o lo otro. Un fragmento de vida [1843]. Madrid: Editorial Trotta; 2006.
 32. Kurz R. Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência Editora; 2015.
 33. Lessa MBMF. Um estudo sobre a moralização do suicídio. Em: Feijoo AMLC, org. Suicídio - Entre o morrer e o viver: desmoralizando o suicídio na contemporaneidade. Rio de Janeiro: IFEN; 2018. p. 105-144.
 34. Machado de Assis. O Espelho. Em: Machado de Assis. Contos e crônicas [1882]. Rio de Janeiro: Malê; 2019. p. 97-104.
 35. Machado de Assis. To be or not to be [1876]. Literatura Brasileira. Textos literários em meio eletrônico de domínio público. s/d. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/machadodeassis>.
 36. Malvezzi S. Prefácio. Em: Zanelli JC, Borges-Andrade JE, Bastos AVB. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2014. p. IX-XIV.
 37. Marx K. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital [1867]. São Paulo: Boitempo; 2013.
 38. Meneghel SN, Moura R. Suicídio, cultura e trabalho em município de colonização alemã no sul do Brasil. Interface. 2018;22(67):1135-46. DOI: 10.1590/1807-57622017.0269
 39. Mercure D, Spurk J. Introdução. Em: Mercure, D. Spurk, J, orgs. O trabalho na história do pensamento ocidental. Petrópolis, RJ: Vozes; 2005. p. 9-14.
 40. Minois G. História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária [1995]. São Paulo: Editora UNESP; 2018.
 41. Offe C. Trabalho: a categoria chave da sociologia? Rev Bras Ciênc Soc.1989;4(10):5-20.
 42. Organista JHC. O debate sobre a centralida-
de do trabalho. São Paulo: Ed. Expressão Popular; 2006.
 43. Pietrani EEM. Convenio sobre el desarrollo de los recursos humanos, 1975 (núm. 142). Rev Int Comp Relac Labor Derecho Empl. 2019; 7:1135-49. Disponível em:
https://ejcls.adapt.it/index.php/rilde_adapt/article/view/782
 44. Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Criminalística Carlos Éboli, Departamento de Polícia Técnico-Científico. Laudo de Exame Grafotécnico. Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; 2016.
 45. Pridemore WA. Heavy drinking and suicide in Russia. Soc Forces. 2006;85(1):413-30. PMID: 17160138 DOI: 10.1353/sof.2006.0138
 46. Rafagnin MSS. Rafagnin TR. O debate sobre a centralidade do trabalho. Rev Eletrônica Fac Direito Pelotas. 2016;2(1):107-119. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/8349/6041>
 47. Rohm RHD, Lopes NF. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. Cad EBAPE.BR. 2015;13(2):332-45. DOI: 10.1590/1679-395117179
 48. Trade Union Congress. Work and suicide: a TUC guide to prevention for trade union activists. London: Trades Union Congress; 2019. Available from:
<https://www.tuc.org.uk/sites/default/files/SuicideandworkJan2019.pdf>.
 49. World Health Organizational. Suicide in the world: global health estimates. Geneva: World Health Organization; 2019. Available from:
<https://apps.who.int/iris/handle/10665/326948>
 50. World Health Organizational. Suicide. Newsroom. Fact sheets. 2021, June 17th. Available from:
<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>